

TERRENOS E PRÉDIOS Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Justiça manda investigar desapropriações de Vitória

Objetivo é verificar se houve prejuízo aos cofres públicos; compras podem ser anuladas

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

As desapropriações realizadas em Vitória vão ser investigadas por determinação da Justiça. O objetivo é descobrir se os atos respeitaram a lei, se os valores pagos pelos imóveis eram compatíveis com os praticados pelo mercado e se houve prejuízo para os cofres públicos. Não está descartada a possibilidade de algumas desapropriações serem, inclusive, anuladas.

O assunto foi tema de uma série de reportagens de A GAZETA em 2011. Levantamentos realizados pelo jornal revelaram que há suspeitas sobre mais de R\$ 40 milhões dos R\$ 128 milhões gastos por Vitória em prédios espalhados pela cidade. Além de suspeita de superfaturamento na compra dos imóveis, há investigações sobre ilegalidade na condução dos processos e interferência parlamentar e até do próprio prefeito para agilizar a aprovação das compras.

Um dos casos revelados pela reportagem foi a compra de um esqueleto de prédio localizado em Tabuazeiro, por R\$ 15,2 milhões. Nele foram gastos mais R\$ 6,9 milhões em reformas para que o local abrigasse uma escola



Esqueleto de prédio, em Tabuazeiro, foi comprado pela Prefeitura de Vitória por R\$ 15,2 milhões

GASTO

R\$ 128
milhões

foram gastos por Vitória, entre 2004 e 2010, na compra de prédios espalhados pela cidade.

de ensino fundamental.

Havia a aquisição de áreas em Andorinhas, utilizadas na construção da Ponte da Passagem, cujo proprietário indenizado foi o mesmo que anos antes havia recebido a doação dos terrenos do município.

Por conta dessas irregularidades foram movidas ações na Justiça estadual e na federal. Os bens do prefeito e de alguns de seus assessores diretos chegaram

a ser bloqueados, o que foi suspenso posteriormente. Mas eles continuam respondendo a ações de improbidade administrativa.

DECISÃO

A decisão de investigar as desapropriações é do juiz da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, Manoel Cruz Doval. Ele aceitou uma ação popular movida pelo presidente do diretório do PSDB da Capital, Luiz Emanuel Zouain da Rocha.

Na época, Rocha solicitou, em juízo, a anulação de todas as compras feitas pelo município, a devolução dos recursos para os cofres públicos e a punição para os envolvidos no processo, entre eles então prefeito João Coser.

Pela decisão de Doval, os

A GAZETA fez série de matérias

PREFEITURA R\$ 40 MILHÕES SOB SUSPEITA



▲ **As investigações sobre as irregularidades nas desapropriações de Vitória ganharam destaque após uma série de reportagens publicadas em A GAZETA a partir de dezembro de 2011.**

CARLOS ALBERTO SILVA / ARQUIVO

denunciados na ação – o município e Coser – têm prazo de 15 dias para esclarecer os detalhes da desapropriação. Duas delas, por decisão da Justiça, não podem ser anuladas se for comprovada a irregularidade, porque foram realizadas há mais de cinco anos, limite legal para a prescrição de alguns atos. Mas, se forem constatados prejuízos aos cofres públicos, poderá haver ressarcimento.

Rocha comemorou ontem a decisão. “A Justiça tarda, mas não falha”, assinalou, informando que vai requerer uma perícia das desapropriações. Por meio de assessoria, o ex-prefeito João Coser informou que “seus advogados vão cuidar do caso tão logo sejam notificados”. A Prefeitura de Vitória não se manifestou.

ENTENDA

Investigação

Desde 2005, a Prefeitura de Vitória gastou mais de R\$ 128 milhões, comprando imóveis pela cidade. Parte desse total – cerca de R\$ 40 milhões – está sendo investigada pelo Ministério Público

Denúncias

Há suspeitas de superfaturamento nas desapropriações, ilegalidade na condução dos processos, interferência parlamentar e até do próprio prefeito para agilizar a aprovação das compras

Valores

Entre os casos de valores mais altos está a compra de um imóvel em Tabuazeiro, pertencente à União Capixaba de Ensino (Uces). Por uma área de 22 mil metros quadrados e um esqueleto de um edifício foram pagos R\$ 15,2 milhões

Outros casos

Há ainda os casos do Pronto-Atendimento da Praia do Suá, comprado por R\$ 1,7 milhão; do Hotel Príncipe, adquirido por R\$ 5,5 milhões; de um galpão na Vila Rubim, que custou R\$ 2,8 milhões; e do prédio da Guarda Municipal, no valor de R\$ 2,8 milhões

Ações

O prefeito João Coser e seus assessores chegaram a ter bens bloqueados, o que depois foi suspenso. Mas eles respondem a ações de improbidade administrativa